RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL Nº 014/2020/MPE/13ªPJMab/MPPA

Procedimento Administrativo nº 000265-940/2017

Estatuto do Idoso. Prioridade absoluta da Pessoa Idosa. Direito da pessoa idosa ao atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população. Idosos maiores de oitenta anos terão preferência especial sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência.

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Promotora de Justiça oficiante na 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Marabá, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis"(art. 127, caput, da CF e Lei Orgânica MP nº 8.625/93, art. 1º);

CONSIDERANDO que o artigo 129 da Constituição Federal dispõe que é função do Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção de interesses difusos se coletivos;

CONSIDERANDO que o art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 assegura ao Ministério Público expedir Recomendação Administrativa aos órgãos da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, requisitando aos destinatários a adequada e imediata divulgação, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO o artigo 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93, combinada com o art. 80 da Lei Federal n. 8.625/93, estabelece que ao Ministério Público compete

expedir recomendações visando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever de zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, aos direitos assegurados na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, bem como defender os interesses difusos e coletivos, movendo as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que o artigo 230 da Constituição Federal, inciso II prevê que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida;

CONSIDERANDO que a saúde pública é direito social constitucionalmente reconhecido (art. 6 da CF/88), e são de relevância pública as ações e serviços de saúde (art. 197, CF/88);

CONSIDERANDO que a Lei Federal n.º 8080/1990 prevê em seu artigo 2º que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

CONSIDERANDO que o artigo 15 do Estatuto do Idoso prevê que é assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 5.296/04 estabelece que o atendimento imediato é aquele prestado aos seus beneficiários, antes de qualquer outra pessoa, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento;

CONSIDERANDO o atendimento prioritário de que trata a Lei nº 10.048/00 consiste em serviços, individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato;

CONSIDERANDO que o artigo 1º da citada lei, assegura também que pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, às lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário;

CONSIDERANDO que o Estatuto do Idoso prevê ainda em seu artigo 3º que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. § 1º A garantia de prioridade compreende: I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

CONSIDERANDO que o § 7º do artigo 15 do citado diploma legal dispõe ainda que, em todo atendimento de saúde, os maiores de oitenta anos terão preferência especial sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência;

CONSIDERANDO que o artigo 10 do Estatuto do Idoso prevê ser "obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis;

CONSIDERANDO que é expressamente previsto no artigo 3º, parágrafo único, I, da Lei nº 10.741/2003 o atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

Resolve esta Promotoria de Justiça recomendar:

AO PREFEITO MUNICIPAL DE MARABÁ E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE que:

- 1- Garantam atendimento preferencial imediato e individualizado às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos nos atendimentos de saúde;
- 2- Garantam atendimento prioritário às pessoas idosas com mais de 80 anos de idade nos atendimentos saúde, inclusive preferência especial sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência nos postos de saúde e hospitais deste Município;
- 3- Afixem em local visível ao público cartaz contendo as informações quanto às referidas prioridades;

RESOLVE AINDA RECOMENDAR AOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, HOSPITAIS PARTICULARES, CLÍNICAS, CLÍNICAS DE IMAGEM E CONGÊNERES que:

1. Garantam atendimento preferencial imediato e individualizado às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos nos atendimentos de saúde;
2. Garantam atendimento prioritário às pessoas idosas com mais de 80 anos de idade nos atendimentos saúde, inclusive preferência especial sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência;
3. Afixem em local visível ao público cartaz contendo as informações quanto às referidas prioridades.

Fixa-se o prazo de 20 (vinte) dias para cumprimento da presente recomendação, devendo, na oportunidade, encaminhar as informações a esta Promotoria de Justiça.

RESOLVE AINDA DETERMINAR AO APOIO CIVEL:

- 1- Proceda o encaminhamento da presente Recomendação, via ofício, ao Prefeito Municipal de Marabá, Secretaria Municipal de Saúde, laboratório de análises clínicas, hospitais particulares, clínicas e congêneres;
- 2- Proceda a publicação desta Recomendação no *atrium* da sede das Promotorias de Justiça de Marabá;
- 3- Proceda o envio de cópia da presente Recomendação à Gerência de Documentação, Protocolo e Arquivo da Procuradoria-Geral de Justiça para publicação no DOE e ao Setor de Imprensa para a divulgação necessária;
- 4- Dê-se ciência Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa de Marabá, Centro Regional de Medicina de Marabá e CAO Cidadania;
- 4- Cumpra-se.

Marabá, 11 de dezembro de 2020

LÍLIAN VIANA FREIRE

13ª Promotora de Justiça Titular de Marabá